

Como cresce a cidade?

José Francisco Quirino

Dentre as muitas idéias que procuram explicar como cresce a cidade, três se destacam, por serem capazes de sugerir ao leitor imagens de grande força explicativa.

A cidade da desigualdade

A primeira teve suas formulações iniciais ainda no século XIX, quando Marx deixou assente o caráter multifacetado da mercadoria, esta categoria que permeia todo o universo do capitalismo, fazendo passar pela sua mediação as relações sociais, da mesma forma que as relações entre homem e natureza, também transformadas em relações do homem com um mundo natural mercantilizado. Entre outras obras, a *Dialética da natureza* e a *Crítica da economia política* encerram momentos antropológicos importantes da obra de Marx, nos quais a natureza bruta surge como latência da mercadoria, podendo entrar para o domínio da cultura – quer dizer, ganhando sentido – pelo trabalho humano, este operador privilegiado do real, que o torna reconhecível e lógico pelos membros de uma cultura. Assim, "Ele (o trabalho) é a atividade que adapta a matéria a tal ou qual fim, pressupõe pois necessariamente a matéria. A relação entre trabalho e matéria natural é muito variável, segundo os diferentes valores de uso, mas o valor de uso encerra sempre um substrato natural. Atividade sistemática em vista de apropriar-se os produtos da natureza de uma forma ou de outra, o trabalho é a condição natural da existência humana, a condição – independente de toda forma social – da troca de substâncias entre o homem e a natureza" (Marx, 1957: 15). Marx em seguida introduz uma *nuance* entre trabalho produtor de valor de uso e de troca, mostrando que este último é uma forma especificamente social, ou seja, voltado para o mercado. Distingue, portanto, entre o olhar daquele que desvenda a natureza para seu próprio consumo daquele outro que a apropria pensando na sociedade como possível consumidora da natureza e, por consequência, de seu trabalho. Nesse contexto cabe a cidade, com suas categorias constituintes.

Muitas são as concepções da cidade entre os marxistas, quase sempre tratada como "questão urbana" e também são múltiplas suas posições frente a ela, mas, basicamente, é numa concepção da sociedade humana, vista como troca, que se baseiam, realizando a antropologia de Mauss, raramente citado. A categoria da mercadoria serve como elo entre os homens e faz funcionar a reciprocidade, à moda do capitalismo, transformando cada indivíduo em comprador/vedor, alternadamente, e assumindo ele próprio a condição de mercadoria, ao pôr à venda sua disposição de trabalho.

Nessa perspectiva, a cidade – sobretudo a cidade contemporânea, capitalista – é compreensível e explicável pela lógica da mercadoria. Cada um de seus espaços representa uma possibilidade singular de vir a ser da mercadoria, nos sucessivos instantes que a história configura, sempre cambiantes e sempre imbuídos do mesmo caráter mercantil. *Plus ça change, plus ça devient la même chose*.

Descobrir a cidade é encontrar cada uma dessas miríades de facetas, e historiar as mudanças de função de determinada edificação, mostrando como a sua feição de mercadoria mudou, junto com a feição dos mercados que se foram sucedendo, mas é também explicar como o estig-



JOSÉ FRANCISCO QUIRINO é professor do Departamento de Antropologia e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Culturas Urbanas da USP.

ma da apropriação mercantil sobreviveu e permeou cada transformação das aparências. Não é o espaço em si que passa por esse processo, mas sim as relações sociais que nele se desenrolam. Nesses casos, as funções sociais dos espaços urbanos despontam acompanhadas por conceitos tais como alienação, oposição entre classes, pauperização, etc. O caráter social do capitalismo, produzindo e reproduzindo relações entre classes, torna-se mais claro, à medida que são desvendadas as formas concretas de existência do homem.

A cidade assim entendida é, por conseguinte, um *continuum* espacial que se assenta na forma mercadoria, ou é passível de nela se assentar. A rigor, a cidade pressupõe a sobrevivência de outros modos de produção, não-capitalistas, e de relações não-mercantilizadas entre os homens. Mas, como padrão de referência e de aferição, as categorias do capitalismo sobrepoem-se a qualquer outra e tornam "vendável" qualquer extensão do espaço urbano. Mesmo os espaços sagrados tornam-se vendáveis, somente escapando ao "olhar comercial" aqueles que são contemporaneamente sagrados.

A cidade, então, surge como sucessão e contigüidade de espaços a abrigar e conter um conjunto de relações de pessoas entre si, diretamente, ou mediadas pela própria espacialidade urbana. O crescimento da cidade, em decorrência, explica-se como crescimento da forma mercadoria, assumindo novas roupagens. Mas há outro tipo de ocupação de espaços que não resulta da mera mercantilização da extensão de terra, apenas convive com ela. Trata-se da ocupação enquanto valor de uso, não mercantil, não imaginada para a venda, e simplesmente voltada para o consumo imediato do ocupante. Esta segunda forma de existência do habitante-urbano-ocupante-de-espaços desempenha funções impo antes em cidades industrializadas, que continuam a crescer demograficamente, onde há fortes concentrações de riqueza, como ver-se-á adiante, no esboço de estudo sobre São Paulo.

A cidade natural

A segunda grande idéia sobre a cidade formou-se já neste século, em Chicago. Voltada para uma perspectiva pragmática, para a ação sobre a cidade, e pautando-se pela eficácia, essa idéia entende a cidade como constituída por áreas naturais, "as áreas naturais são os habitats dos grupos naturais" (Park, 1925: 135). Os grupos que Park chama naturais são aquele que se criam e se solidificam por interesses comuns, como os jovens, os negros, as crianças, as prostitutas, os sem-lar, etc., que se transformam em freqüentadores de certos espaços da cidade. Esses grupos naturais ou bem procuram ou bem criam lugares e ambientes emblemáticos, capazes de servir-lhes como espaços diferenciados e, assim, capazes também de mostrar aos outros habitantes da cidade suas particularidades distintivas e de afirmar-se como verdadeiras instituições sociais.

Além disso, a cidade americana cresce continuamente. Para Park, isso é um processo igualmente natural, ligado às migrações do campo para a cidade e à ampliação constante de mercado que acompanha a imigração e funciona como retroalimentação desta. O aumento populacional, portanto, não é mero acréscimo de pessoas na cidade, mas sim o motor de profundas transformações que, sem estímulos de qualquer ordem, mesmo os de planejamento, produzem conseqüências cuja regularidade de ocorrência fazem pensar que o homem se organiza em cidades "naturalmente". Diz Park: "O crescimento da cidade não é questão de mera agregação de pessoas, mas compreende mudanças na 'área central de comércio', que se refletem em todas as partes da cidade, multiplicação de profissões e aumento dos valores de terreno, sendo tudo isso mensurável em termos de mobilidade de população. As desordens sociais, tais como violência da turba, podem ser medidas em termos de movimentos de pessoas e de metabolismo social ou pela assimilação dos recém-chegados à ordem social existente. As mudanças de status social e condição econômica e os graus de êxito ou fracasso pessoal são registrados pelas mudanças de local de residência" (Park, 1925: 141).

Como a cidade tende inexoravelmente ao crescimento, atinge um primeiro ponto de equilíbrio com a seguinte configuração concêntrica:

- I. *Loop* (bairro central de negócios de Chicago, cidade tomada como paradigma da regularidade de crescimento urbano).
- II. Zona de transição (antiga coroa circundando o centro, em processo de lento abandono pelos antigos residentes e agora esparsamente ocupada por armazéns e outras atividades atacadistas).
- III. Zona de moradia de operários.
- IV. Zona de residências de alta categoria.
- V. Zona de *commuters* (literalmente "baldeadores" de subúrbios).

Ao crescer a cidade, a coroa residencial que cerca a área central de negócios começa a ser abandonada em favor de locais residenciais mais distantes, gerando-se vazios que são preenchidos por populações indesejáveis que, por sua vez, involuntariamente, ajudam a acelerar o processo de descentralização da cidade. Aquilo que era moda ou capricho de alguns, morar longe do centro, passa a receber o estímulo suplementar da indesejabilidade das vizinhanças recém-instaladas e a moda vira tendência firme. A coroa anteriormente residencial transforma-se em cortiço, abrigando um grupo social inesperado e mal visto. Pois a cidade terá crescido e recebido novos habitantes, os mais aquinhoados procurando as periferias nobres, os mais pobres instalando-se nos lugares centrais disponíveis. Esse processo torna-se possível graças ao enriquecimento da cidade como um todo e, por mecanismos de drenagem e concentração de poupança, a riqueza continua a crescer, pondo a poupança em circulação como capital produtivo.

Estes processos de distanciamento social, entre a "subúrbia" e a coroa deteriorada, não surgem na análise como tal e sim através de uma educada formulação da sociedade como organização natural do homem, como construção igualmente natural de áreas urbanas, tendo como contraparte aqueles que se comportam de modo não-natural, que merecem classificações especiais, como patológicos, esdrúxulos e rejeitáveis. O emprego da força para a manutenção da sociedade natural e normal encontra justificativa não somente moral como lógica, encaixando-se nessa concepção de sociedade. As invasões são tratadas como casos de polícia. Reforça-se a oposição entre as camadas rica e pobre da sociedade urbana, crescem os desvios e multiplicam-se os epítetos depreciativos. A noção de marginalidade assume ali a conotação policial que hoje possui, sendo associada à decadência, vagabundagem, imoralidade.

A sociedade, antes esboçada como autora das áreas da cidade e sua ocupante, agora é representada com mais precisão, decalcando aqueles traços preliminares num todo funcional e harmônico, hoje ameaçado pela patologia social engendrada pela própria cidade. Esse todo é reconhecível pelas suas partes componentes, as instituições, que funcionam em articulação, completando-se mutuamente em harmonia.

A cidade, nesse contexto funcionalista, é apresentada como objeto da ação dos grupos institucionais, como modificação consciente da natureza, enfim, como fruto da vontade. Estudar a cidade, transformá-la em objeto, significa, de início, identificar-lhe as instituições, reconhecer as alterações de sentido que sofre com o passar do tempo, completando-se o conhecimento pela proposta de ação sobre ela, no mínimo para lhe recuperar a harmonia perdida. Sempre voltado para a ação, o estudo funcionalista da cidade reconhece planejadores e investidores como envolvidos num mesmo afã de operar o real, e cujo critério está obviamente na eficácia.

A cidade do desperdício

A terceira grande linha de explicação da cidade é derivada da biologia, entendendo-a como um arranjo precário entre seres vivos, utilizando nesse entendimento um empréstimo conceitual, a noção de ecologia, empregada por Haeckel, em 1878, que aplicou-a ao estudo das inter-relações entre as espécies. Em 1935, o botânico Tansley utilizou a expressão ecossistema. Mas somente em 1969, na Califórnia, é que se junta a ecologia científica à consciência generalizada da degradação do ambiente natural, surgindo uma linha de pensamento ecológico rapidamente popularizada, a qual, no dizer de Edgar Morin, deu corpo a uma versão romantizada da natureza, dotando-a de justificação racional (Morin, 1989: 1, 18). Antes disso, em 1931, o mesmo Robert Park, que iniciara com Ernest Burgess a sociologia urbana em Chicago, que vira na cidade um conjunto de áreas naturais, publicava artigos falando em ecologia urbana.

Escritos nos padrões do funcionalismo, os textos de Park discorrem sobre a cidade como local ocupado por uma sociedade, cabendo à sociologia explicar a "sociedade", a cidade comparando como cenário para as instituições sociais. Descritas enquanto processos, tais instituições evoluem no tempo, o que obriga o autor a uma teoria da história e ele a faz como se o passar do tempo tivesse sentido apenas como uma enfiada de crises e de novas divisões-do-trabalho tendentes a recompor harmonias perdidas. "O comércio, destruindo progressivamente o isolamento sobre o qual repousava a antiga ordem da natureza, intensificou a luta pela existência sobre uma área cada vez maior do mundo habitado. Dessa luta está surgindo um novo equilíbrio e um novo sistema de natureza animada, isto é, a nova base biótica da sociedade mundial. A competição, na comunidade humana, como na vegetal e animal, restabelece o equilíbrio da comunidade quando, ou pelo advento de algum fator estranho, ou no curso normal da sua vida, esse equilíbrio é perturbado."

"Assim, cada crise que inicia um período de rápida mudança, durante o qual a competição é intensificada, leva finalmente a um período de equilíbrio mais ou menos estável e a uma nova divi-

são de trabalho. Deste modo, a competição alcança uma condição na qual é superada pela cooperação.”

“É quando, e na medida em que a competição declina, se pode dizer que existe a espécie de ordem que chamamos ‘sociedade’. Numa palavra, a sociedade, do ponto de vista ecológico, enquanto unidade territorial, é precisamente a área dentro da qual a competição biótica declinou e a luta pela existência assumiu formas mais elevadas e mais sublimadas” (Park, 1925: 26/7).

No texto, percebem-se algumas noções hoje bastante mudadas, mas, curiosamente, ainda hoje empregadas nessas antigas formulações para explicar a cidade, num grande número de análises, transformando certos aspectos em problemas e outros em harmonia, tomando como critério a noção de “natural” como aquilo que pertence à natureza, em oposição a não-natural, ou artificial, como aquilo que é impertinente à natureza. Esse critério se apóia em determinada noção de natureza como instância na qual se resolvem os conflitos competitivos e se estabelecem modos-de-vida triunfalmente estáveis. E serve bem à ecologia da cidade, enfatizando a pobreza como sintoma de degeneração do habitat e de declínio da qualidade de vida, portanto sendo considerada como desarmoniosa e disruptiva.

As posições ecológicas mais recentes, bastante numerosas, possuem alguns traços fundamentais comuns, os principais sendo: a) que a cidade é um sistema estruturado e obedece aos requisitos dos sistemas estruturados em geral e b) que ela é explicável como resultado da ação humana, individual ou em grupo, ou como comércio, ou bem-estar, ou como produção, como contemplação, enfim, como um não-terminar de metamorfoses provocadas pelo homem, conscientemente ou não. Observa-se nesses dois traços básicos uma confluência genérica com a escola de Chicago. Para estabelecer as diferenças entre eles, é necessário que sejam descritos mais minuciosamente.

Como sistema em geral, a cidade é finita; como um sistema estruturado, deveria explicar-se internamente. Mas não é assim que acontece, pois os estudiosos atuais da ecologia vinculam vários aspectos da cidade a sistemas mais amplos, o mais comum deles sendo o planeta. Por exemplo, em termos de composição química da atmosfera do planeta, a cidade é parcialmente responsabilizada como “poluidora”, levando a questão a ser reformulada para “o conjunto de cidades do planeta” e não mais para uma cidade específica de determinado país, nem para a cidade genérica. Entretanto, em outras questões, a cidade se basta enquanto explicação e a noção de sistema lhe cabe adequadamente. É o caso do aumento populacional, que sempre se acompanha do adjetivo “urbano”, revelando a cidade como local mais que preferencial, único, do crescimento demográfico. E, neste caso, a análise se sustenta, quer o objeto seja uma cidade particular, quer seja o conjunto das cidades do planeta.

A cidade, como produto sempre cambiante da ação humana, surge então aos seus analistas como um emaranhado de ações que se sobrepõem, misturam-se e dificultam a compreensão. A primeira tarefa do estudioso, portanto, tem sido selecionar dentre as ações humanas – ou, mais precisamente, dentre os resultados das ações humanas porque limita-se a contabilizar inteligivelmente os dados do mundo sensível – aqueles elementos significativos para explicar as alterações ecológicas observadas. Vê-se que há uma etapa preliminar a cumprir, a de conferir sentido e estabelecer relações entre os dados a coletar, empregando-se para isso uma noção adequada, a de “nicho ecológico” conforme se aplica ao meio urbano. E não há uma só noção de nicho, mas muitas, algumas falando de indivíduos, outras de grupos, outras da população urbana inteira. Essa variedade de definições foi um elemento complicador, tendo levado vários cientistas a rever a noção de espécie, em função dos nichos, considerados significativos, em que um ser vivo particular pode ser encontrado; hoje, tal revisão está já incorporada a certos progressos da biologia.

O traço básico desse tipo de análise está na constatação preliminar de que a ação humana sempre degrada o ambiente e que tal processo tem seus limites na física e na química do planeta. E a cidade inevitavelmente comparece como limite de algumas das ações humanas, embora em vários aspectos não seja apenas ela e sim o planeta que serve como referência paramétrica.

Essa posição, existente desde os anos 60, evoluiu notavelmente, pois seu tom de profecia catastrófica esvaziou-se e foi preciso, como constata Morin, que surgisse a verificação empírica da profecia para que a teoria revivesse e evoluísse. Isso aconteceu com Seveso e Tchernobyl, que lançaram o grande alerta sobre a biosfera. “Doravante, com recuo, pode-se ver melhor aquilo que havia de secundário e de essencial na tomada de consciência ecológica. O que havia de secundário, e que alguns tomaram como o principal, era o alerta energético. Muitas pessoas da primeira vaga ecológica acreditaram que se iriam dilapidar muito rapidamente os recursos energéticos do globo. De fato, as potencialidades ilimitadas do nuclear e do solar indicam que a ameaça não se situa ali. O segundo erro era o mito de uma natureza representando uma espécie de equilíbrio ideal, estático, que se deveria respeitar ou restabelecer. Ignorava-se que os ecossistemas e a

biosfera têm uma história feita de rupturas de equilíbrios e de reequilíbrios, de desorganizações e de reorganizações" (Morin, 1989: 18).

O recuo referido por Morin, a distância no tempo, foi já suficiente e permite-lhe repor as questões nos seguintes termos: "1) a reintegração do nosso ambiente na nossa consciência antropológica e social; 2) a ressurreição ecossistêmica da idéia de natureza; 3) a contribuição decisiva da biosfera à nossa consciência planetária" (Morin, 1989: 18).

Como cresce São Paulo?

Tomando São Paulo como exemplo concreto, pode-se observar como as três grandes linhas de análise são capazes de iluminar a realidade e torná-la explícita. Alternativamente, pode-se ver também que são restritas como capacidade explicativa, pois, embora sejam globalizadoras e tenham a pretensão da universalidade, abrem certas categorias e nestas permanecem, ali fazendo caber todo e qualquer aspecto da realidade. Pensar a cidade, portanto, significa utilizar em conjunto tais idéias – entre outras – em função das realidades urbanas que se pretenda explicar.

Como cresce São Paulo? A resposta é complexa e dela se destacam dois pontos distintos. Primeiro, cresce internamente, por adensamento, como aumento da cidade vertical. Este tipo de crescimento significa a imposição de uma mesma racionalidade de construção a áreas cada vez mais freqüentes e homogêneas da urbe e pode ser entendida, no que concerne à aglomeração paulistana, como polarizadora da problemática urbana, por exemplo, pelas categorias das finanças municipais, pois essa é uma das formas pelas quais opera e assume sentido, sendo utilizada na imposição de impostos. O crescimento vertical caracteristicamente absorve um público das camadas rica, média e remediada com poder de compra familiar ao menos de cinco salários mínimos. Esse limite inferior é historicamente estabelecido pelos financiamentos públicos para a habitação. Não se pode dizer que esse piso de renda seja indicativo dos limites da consciência dos cidadãos sobre a cidade enquanto conjunto de áreas de valor, somente porque esses grupos sejam familiarizados com uma mesma racionalidade econômica. Contudo, pode-se perceber que, no mínimo, constituem um conjunto lógico, com características próprias e com interesses comuns definidos. Quer dizer, o crescimento vertical organiza a consciência, no mínimo estimulando a noção de pertencer-ao-grupo.

Numa outra exploração conceitual, verifica-se que São Paulo cresce também como aumento de superfície, como cidade horizontal, anexando lotes novos, em sua maioria com edificações de um só andar, servindo como moradia, e quase que exclusivamente pobres. Perto de 1.500 loteamentos estão hoje abertos ao público. Destes, apenas dois ou três são rigorosamente legais, oficialmente autorizados a funcionar. Os demais, como se sabe, são clandestinos, voltados para um público pobre, cuja capacidade de poupança retida para investimentos em construção e melhoramentos é muito baixa. Embora o conjunto da cidade evolua rapidamente, a periferia pobre cresce num ritmo lento, determinado pelas variações da capacidade de investimento, espantosamente baixa, muito aquém daquela que se poderia considerar como mínima para a imposição de impostos (e portanto para uma desejável igualdade formal entre contribuintes, que a cidadania pressupõe). Esse lado pobre da cidade, incapaz de pagar pelos benefícios urbanos que recebe, sobrevive graças a um "robin-hoodismo" redistributivo praticado pela administração municipal. Por isso mesmo são cidadãos diferenciados, assistidos pelo Estado no limiar da indigência, cultivados minimamente nessa estufa da cultura urbana, como força auxiliar para muitas tarefas, entre as quais a eleitoral. Morar, para eles, significa providenciar a própria moradia, pois, como excluídos do mercado da habitação, não têm outra opção. Tal processo tem um efeito perverso de retroalimentação que funciona eficientemente sempre que cai o poder aquisitivo dessa massa populacional, pois, quando desaparece completamente a poupança, aumenta a dependência, com respeito aos políticos de bairro, aos administradores regionais, às associações beneficentes. Não é apenas o Estado que se mostra assistencialista, é toda a sociedade "urbanizada" de classes média e rica, que de alguma maneira cuida da sobrevivência da franja miserável, a qual de outra forma não teria como sobreviver, urbanisticamente falando. Este é um dos laços que prendem uma à outra as duas concepções de cidade, vertical e horizontal, laços que de forma alguma podem ser tomados como de união, sob pena de causar confusão. Servem para opor e contrapor, sem unir.

Mas essa situação não é exaustiva, ela simplesmente cumpre uma primeira aparição da forma mercadoria, durante a qual a família pobre deixa de lado o consumo "supérfluo" e se dedica ao investimento em construção civil, caracterizando aquilo que se convencionou chamar pelo infeliz termo de autoconstrução. Para chegar lá, naquela situação de equilíbrio e relativa estabilidade orçamentária, foi preciso adquirir o lote, limpá-lo da vegetação, construí-lo e, de alguma forma, legalizá-lo; literalmente, arrancá-lo da natureza. O produto dessa faina, a casa, quando se termina

Os esboços reproduzidos podem apenas dar alguma idéia das possibilidades de *design*; série 1 (da esquerda para a direita): fachada penetrável: o piso inferior é generosamente envidraçado, reduzindo a área sólida a simples estrutura suportadora-de-peso

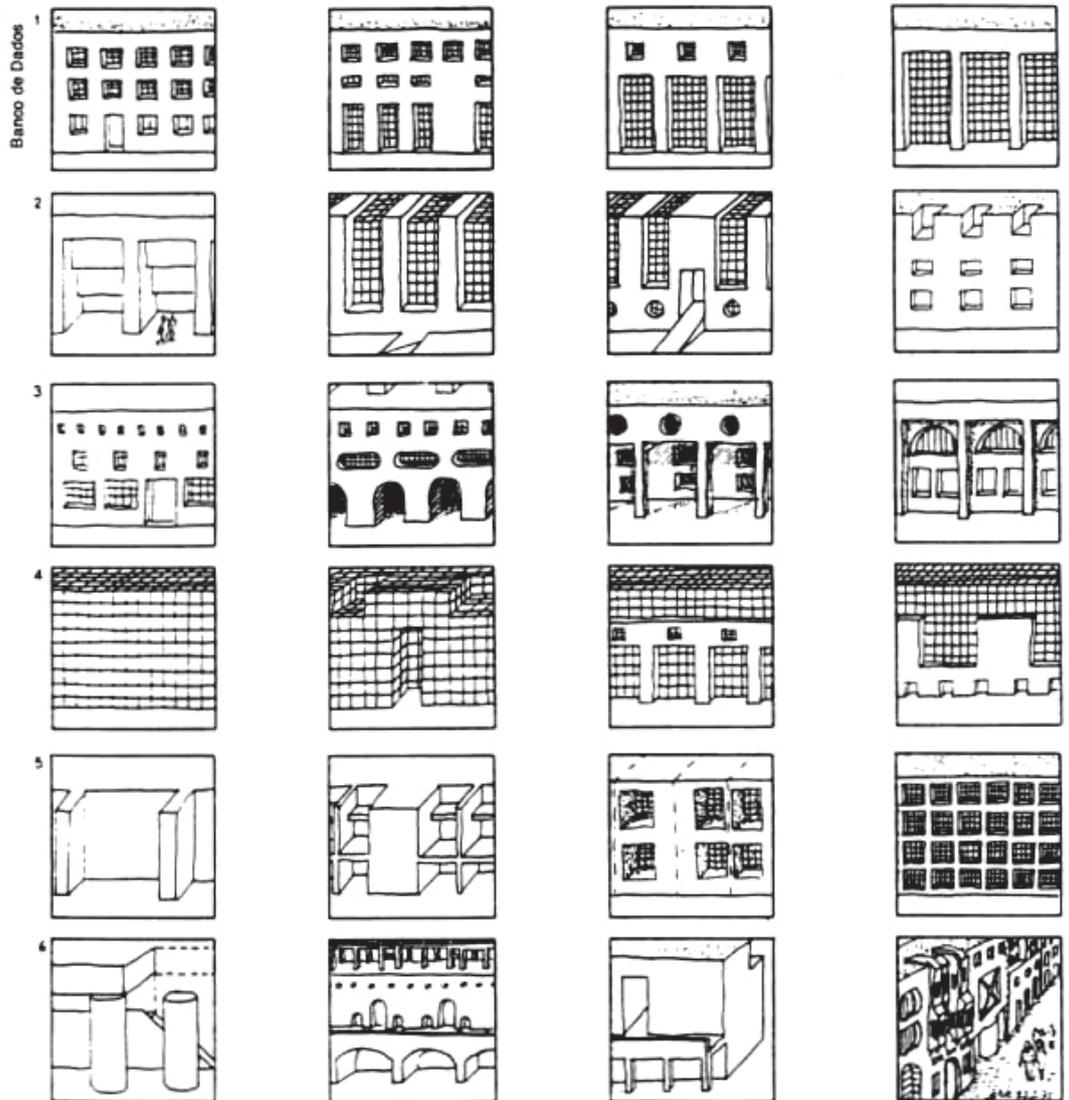
Série 2: a área envidraçada no interior da estrutura suportadora-de-peso pode ser modificada de acordo com o gosto. As três figuras que se seguem mostram o reverso do processo de *design*, retratado no esboço 1. Uma base sólida força a área envidraçada para cima

Série 3: o estilo das janelas pode ser modificado horizontalmente e verticalmente, de acordo com a imaginação dos *designers*

Série 4: fachadas modulares sem rosto, como recursos teóricos (abstratos), nos quais o prédio pode ser encerrado. A fachada modular pode ser adaptada a todas as variações na forma dos edifícios. Seções sólidas do edifício podem ser combinadas com a placa

Série 5: edifícios sem janelas; as janelas são colocadas em nichos, etc., e o processo se inicia, novamente, do princípio

Série 6: exploração de diferentes geometrias; uma interpretação temática da altura: piso inferior=pesado; seção central=leve, com várias perfurações; piso superior=leve, transparente. Arcadas colocadas em frente às casas, diferentes estilos arquiteturais justapostos



enquanto projeto individual, muitos anos depois de iniciado, é reconhecido como acabado, na perspectiva do autoconstrutor. Ainda falta algo para que essa primeira forma da mercadoria possa se completar: ela exige tipicamente um percurso adicional da consciência do autoconstrutor, que o leve a transpor o estágio apologético de sua obra em direção à crítica, trazendo-lhe ao nível da percepção a noção de que, ao transformar-se o projeto em edificação, esta é necessariamente imperfeita e os erros passam a ser visíveis. Nesse instante, a casa não é mais tão útil e opera-se o abandono da forma valor de uso e sua substituição pelo valor de troca.

Na maior parte das vezes, permanece incompleto esse primeiro aspecto manifesto da mercadoria, nada mudando, a casa permanecendo em poder do construtor, ou então sob o domínio de um inquilino episódico, ou, mais provavelmente, sendo vendida a outro proprietário, continuando com ele a desempenhar seu papel de moradia pobre na cidade horizontal. Conclui-se que, nestes casos, seja vendida ou não a casa, sua forma de mercadoria fica circunscrita à pobreza, não importando qual seja seu destino, do ponto de vista do urbanismo.

Há, contudo, uma segunda forma de ser da mercadoria que pode se instalar, ou não – sendo portanto uma forma contingente – envolvendo a compra de casas na periferia, por parte de uma empresa construtora organizada, para demolição. Ali se constrói um edifício de apartamentos, tornando aquele pedaço de terra um trecho verticalizado da cidade. Há condições preliminares para que isso aconteça, uma delas sendo que o lote – ou grupo de lotes – deve já contar com o atendimento dos serviços públicos de água, luz, iluminação pública, telefone e, ocasionalmente, outros serviços, como rede de esgoto, pavimentação viária, entrega postal, etc. O adensamento, a edificação de prédios de apartamentos, vale-se sempre de sítios já “urbanizados” da cidade e muito raramente avança muito adentro.

Observa-se então que o autoconstrutor, que pode ser compreendido como um excluído do mercado de construção habitacional, produz por suas próprias artes a residência que, bem ou mal, o abriga e pela qual luta, procurando dotá-la dos serviços urbanos, e pedindo por ela ora ao político do bairro, ora diretamente ao prefeito. Nesse sentido, ele promove a "urbanização" do lote. Posteriormente, vende a casa aos demolidores, que ali edificam verticalmente um pedaço da cidade aspergindo sobre as adjacências um cheiro de racionalidade que o bairro não conhecia. O autoconstrutor, que já vendeu sua obra, agora se transforma de novo em consumidor de lotes urbanos e vai repetir seu novo papel de comprador mais adiante, outra vez fora dos limites da área urbanizada, para lá edificar nova casa, presumivelmente escoimada dos erros que havia cometido na anterior. E, dessa forma, cumpre seu cruel destino de desbravador urbano, pondo em prática artes que desconhece (arquitetura, terraplenagem, eletricidade, hidráulica), reivindicando para o seu objeto os atributos da cidade, vendendo esse produto de sua autoria para, finalmente, repetir o mesmo gesto do desbravamento.

A esta figura do desbravador vem juntar-se uma outra, a do ocupante de espaços discretos na paisagem, sem distinguir se urbana ou rural, aquele que, na sua indigência de ente cultural e geograficamente periférico, transporta consigo uma noção de habitação menos complexa do que a autoconstrução e que encontra termo de comparação apenas na indigência do cortiço do centro da cidade. Este indivíduo, sem o desejar, pode acabar desempenhando também o papel de desbravador, quando sua presença é invocada por um proprietário de gleba para iniciar um loteamento, sob a alegação de que não se trata propriamente de um início, mas de mera continuação, pois já há ocupantes instalados. Claro que, nesses casos, o tal ocupante de espaços será expulso, logo que os demais habitantes do loteamento dele se distanciarem socialmente. Possivelmente, cumprirá alhures seu destino de diálogo com a natureza, sem se aperceber de que, ao tratá-la como valor de uso, possibilitou a outrem descobrir no seu gesto um valor socialmente referido, de troca, lucrando com sua presença na paisagem. Longe de ser um desbravador urbanizante, esta figura seria melhor descrita como a de um simples balizador de futuras agregações urbanas, sempre excluído do mundo da mercadoria e da cultura, mas sendo significativo para elas.

Num bairro periférico, ao se edificarem os lotes pela autoconstrução, uma ampla gama de fenômenos passa a ter existência. A favela de periferia é um deles, surgindo quando o proprietário do lote recebe inquilinos e os amontoa, comumente na porção inundável, em faixas *non aedificandi*, numa servidão pública privatizada, etc. O transporte coletivo clandestino em horas de pico é outro fenômeno comum, no qual empregam-se habitualmente kombis, várias delas a gás de cozinha. Há muitos outros. O que os une, o que têm de comum, é improvisação e iniciativa, mas sempre profundamente marcadas pelo mesmo estigma, a miséria. Por outro lado, ninguém constrói uma fossa séptica (como atesta um estudo de bacias hidrográficas urbanas feito pela Sabesp em 1986), o que seria uma solução, embora sofrível, para a questão do esgoto sanitário. Ninguém se organiza para coletar o lixo domiciliar, nem para desobstruir os cursos d'água. E o funcionamento continuado de uma tal periferia gera inevitavelmente apreciações negativas, por parte dos demais habitantes. Talvez, por um mecanismo de simplificação de opinião, ou, quem sabe, por processos de percepção imperfeita da realidade, essa franja externa da cidade, distante do centro, passa a fazer parte do elenco das "poluições" da cidade, estimulando o estereótipo de que a pobreza polui.

Transportando o raciocínio para outro plano, no contexto habitual dos ecologistas voltados para a identificação das atividades humanas que degradam o ambiente, a cidade comparece como origem de vários tipos de degradação, simplificada e denominada de poluição. Estes são devidos principalmente às atividades industriais, ao excesso do contingente humano nas cidades, à falta de educação dos pobres de periferia e às formas de geração de energia. Quer dizer, os ecologistas deixam entrever uma noção de convívio entre homem e natureza na qual retornam, sub-repticiamente, as velhas idéias de necessidades universais do homem, por um lado herdadas de um romantismo conservador que valorizava a vida no campo, a comunidade antiga, etc., e, por outro, remontadas a partir do evolucionismo social tecnicista que influenciava a sociologia, no século XIX. Essas idéias enumeravam as necessidades humanas e serviram para mostrar como (e porque) o homem se organiza em instituições e como estas o servem. A moderna ecologia recupera a questão das necessidades falando em água pura, alimentação pura, energia limpa, população controlada, produção industrial limpa, etc. E assim termina por recuperar, junto com essas necessidades, a noção de que as instituições do homem são imperfeitas, poluem e, por conseguinte, devem ser corrigidas, aperfeiçoadas. Como os avanços da biologia não lhe fornecem indicações nem critérios para as correções, a ecologia simplesmente patina na denúncia, mas serve admiravelmente a um fim que não constava de suas preocupações: ao difundir uma imagem emocionalmente crítica da atividade humana, ela ajuda a preparar o surgimento de uma noção de ciência na qual a relação entre sujeito cognoscente e objeto conhecido é profundamente afetada pela

descoberta da interferência mútua e, ainda, a definição (e portanto a organização) do objeto coincide com a definição (e organização) do sujeito.

Reverendo a noção de crescimento

Seria oportuna uma comparação, no que respeita ao crescimento de São Paulo, nos termos em que a questão foi posta. São Paulo, ao contrário de Chicago, tem seus pobres na periferia. Nessa grande cidade do norte, os subúrbios são naturalmente procurados pelos ricos e a coroa central pelos pobres. Observa-se que São Paulo não cabe nesse modelo do funcionalismo. Ademais, as características de São Paulo, de adensamento centralizado, explicam de certa forma um outro fenômeno exclusivo, o da especulação imobiliária que incita a ver no solo um bem de raiz, fato que não ocorre em Chicago e nem sequer seria inteligível lá. Talvez a explicação dessas grandes diferenças passe pelo transporte coletivo, o de lá e o de cá. Lá, desde os anos 10 deste século, as ferrovias radiais começaram a tornar disponíveis os lugares distantes, estimulando-se o fenômeno da descentralização, enquanto aqui as dificuldades de locomoção estimularam o lado contrário, da concentração e da centralização, que se fazem acompanhar, indefectivelmente, pela especulação imobiliária.

Ainda sobre a noção de áreas naturais, da escola de Chicago, as inversões de localização entre ricos e pobres, levantadas por uma análise comparativa fariam imaginar a periferia pobre como área "natural" de São Paulo. Se assim fosse encaminhada a análise, não estaria longe da verdade, pois o "natural" do social está na sua aparição inconspícua, de permeio com outras categorias da cultura. Se substituísse a palavra natural por cultural, também não andaria muito errado, e permitiria conduzir a análise para regiões que a escola de Chicago mal aflorou, mas que a antropologia tem podido realçar. Por exemplo, poderia estudar e explicar o conjunto da estereotopia em voga: num primeiro momento, o subconjunto dos cidadãos que se enxergam e se descrevem como "normais", em contraposição àqueles outros, designados como "pobres" — e, já que o palco onde se desenrola a cena é a cidade, e nem poderia ser de outra forma, tal estudo encaminha-se pelas categorias da ordenação urbana e de como esta define o seu contrário, a desordem, e nela busca os elementos da própria sustentação. Num segundo momento, e quiçá mais importante, explicaria o preconceito, desta vez positivo, dos pobres com relação aos não-pobres, que possivelmente completaria o anterior, enriquecendo de significados o par de oposições ordem/desordem e até podendo chegar a desvendar seu alcance, permanência e durabilidade, como chave da compreensão do mundo da cultura.

BIBLIOGRAFIA

- BURGESS, W., 1931, "O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa", in PIERSON, Donald, *Estudos de ecologia humana*. São Paulo, Ed. Martins, s/d.
- CLARK, William C. et al., *Managing planet Earth*, número especial de *Scientific American*, setembro, 1989.
- COLLINGWOOD, R. G., *The idea of nature*, em tradução portuguesa: *Ciência e Filosofia*. Lisboa, Presença, 1976.
- GOTTDIENER, M., *The social production of urban space*. Austin, University of Texas, 1988.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, *O pensamento selvagem*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.
- MAFFESOLI, Michel, *O conhecimento comum*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- MARX, Karl, *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris, Editions Sociales, 1957.
- , *O Capital*. New York, New World, 1970.
- e ENGELS, Friedrich, *L'idéologie allemande*. Paris, Editions Sociales, 1970b.
- , *The grundrisse*, New York, Harper & Row, 1972.
- MAUSS, Marcel, *Sociologie et Anthropologie*, "Introduction" por Claude Lévi-Strauss. Paris, P.U.F., 1950.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, *Éloge de la Philosophie*. Paris, Gallimard, 1953.
- PARK, Robert, 1925, "A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral", in PIERSON, Donald, *Estudos de ecologia humana*. São Paulo, Ed. Martins, s/d.
- SABESP/PROMON, "Resultados de pesquisa com populações de algumas bacias hidrográficas de São Paulo", 1986, mimeografado.
- SNM/EMPLASA, *O desafio metropolitano* (vários autores). São Paulo, 1972.